

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Sócios da
GS Inima Soluções em Saneamento Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>CIRCULANTE</u>				<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.931	5.472	Fornecedores	8	137	216
Impostos a recuperar		33	30	Obrigações sociais	9	431	223
Partes relacionadas	6	2.861	4.152	Obrigações fiscais		39	148
Outros créditos		34	31	Partes relacionadas	6	40	19
Total do ativo circulante		<u>10.859</u>	<u>9.685</u>	Outras obrigações		411	61
				Total do passivo circulante		<u>1.058</u>	<u>667</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				Total do passivo		<u>1.058</u>	<u>667</u>
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>				<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	11		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		119	-	Capital social		300	300
Outros créditos		5	5	Lucros acumulados		9.777	8.820
		<u>124</u>	<u>5</u>	Total do patrimônio líquido		<u>10.077</u>	<u>9.120</u>
Imobilizado	7	151	95				
Intangível		1	2				
		<u>152</u>	<u>97</u>				
Total do ativo não circulante		<u>276</u>	<u>102</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>11.135</u>	<u>9.787</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>11.135</u>	<u>9.787</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA	12	7.278	8.049
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	13	(6.254)	(4.969)
LUCRO BRUTO		<u>1.024</u>	<u>3.080</u>
<u>Receitas e despesas operacionais</u>			
Gerais e administrativas	13	<u>(459)</u>	<u>(905)</u>
		(459)	(905)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>565</u>	<u>2.175</u>
<u>Resultado financeiro</u>			
Receitas financeiras	14	838	416
Despesas financeiras	14	<u>(4)</u>	<u>(7)</u>
		834	409
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		<u>1.399</u>	<u>2.584</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>			
Correntes	15.1	(561)	(843)
Diferidos		119	-
		<u>(442)</u>	<u>(843)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>957</u>	<u>1.741</u>
Lucro por ação básico e diluído - R\$		<u>0,01</u>	<u>0,02</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	957	1.741
Total do resultado abrangente do exercício	<u>957</u>	<u>1.741</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	300	7.079	7.379
Lucro líquido do exercício	-	1.741	1.741
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>300</u>	<u>8.820</u>	<u>9.120</u>
Lucro líquido do exercício	-	957	957
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>300</u>	<u>9.777</u>	<u>10.077</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro operacional antes dos impostos operacionais		1.399	2.584
Depreciação de imobilizado	7	32	21
Amortização de intangível		1	1
Baixas do ativo imobilizado	7	-	4
		<u>1.432</u>	<u>2.610</u>
Variação nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(3)	14
Partes relacionadas	6	1.291	1.059
Outros créditos		(3)	8
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores	8	(79)	6
Obrigações sociais	9	208	(21)
Obrigações fiscais		(670)	(947)
Partes relacionadas	6	21	14
Outras obrigações		350	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>2.547</u>	<u>2.743</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativo imobilizado	7	<u>(88)</u>	<u>(46)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(88)</u>	<u>(46)</u>
		<u>2.459</u>	<u>2.697</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5.472	2.775
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	7.931	5.472
		<u>2.459</u>	<u>2.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A GS Inima Soluções em Saneamento Ltda. ("Sociedade"), foi constituída em 1º de outubro de 2019 e tem como atividades principais:

- i. Captação, tratamento e distribuição de água para fins de abastecimento;
- ii. Gestão de redes de água e esgoto, especialmente para operação e manutenção das estações de tratamento de água e de esgoto;
- iii. Construção de estações e redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e construções correlatas;
- iv. Gerenciamento e execução de obras por meio de contrato de construção por administração;
- v. Serviços de engenharia, incluindo elaboração e gestão de projetos, bem como serviços de inspeção técnica relacionados as áreas de supervisão de contratos de execução de obras e supervisão e gerenciamento de projetos;
- vi. Serviços de gestão comercial, incluindo a medição de consumo de água, associados ou não a manutenção de medidores de consumo, serviços de ligação e corte de consumo e demais serviços correlatos;
- vii. Serviços de coleta de resíduos não perigosos de origem urbana ou industrial, por meio de lixeiras, veículos, caçambas e outros;
- viii. Limpeza e desobstrução de redes por meio de hidrojateamento; e
- ix. Locação de máquinas e equipamentos para construção, sem operador.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração da Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 27 de fevereiro de 2026.

2.2. Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Sociedade;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.3. Mensuração do valor justo

A Sociedade mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros da Sociedade são considerados de Nível 2.

2.4. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.4.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Sociedade ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Sociedade não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Sociedade não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Sociedade não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

c) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Sociedade transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade nem transferiu tampouco reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, tampouco transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Sociedade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Sociedade;
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Sociedade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Sociedade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Sociedade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Sociedade.

2.4.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Sociedade ao custo amortizado incluem contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Sociedade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. A Sociedade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo imobilizado são os seguintes:

Classe de ativos imobilizados	Vida útil
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2 a 13 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Ferramentas	5 a 10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para a Sociedade.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Software	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.8. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos sócios.

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.10. Tributos

Lucro real

A Sociedade é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social. Além disso, quando aplicável, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

2.11. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os tipos de receitas da Sociedade estão descritos a seguir:

Receitas de serviços

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem dos serviços prestados de gerenciamento, supervisão e execução de obras, serviços de engenharia e gestão de projetos, hidrojateamento.

2.12. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, juros e despesas bancárias.

2.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2025

A Sociedade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Sociedade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Sociedade está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - *Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments* (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados;
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Sociedade não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.

As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reapresente as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas.

Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Sociedade não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade, não há julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações contábeis, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. A Sociedade baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações contábeis foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Sociedade. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece a provisão para ações judiciais relacionada a causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Os principais ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas e outros créditos. Os principais passivos financeiros da Sociedade, que não sejam derivativos, referem-se a contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações.

A Sociedade está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Sociedade supervisiona a gestão desses riscos. A Administração da Sociedade afirma que as atividades da Sociedade em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Sociedade. A Sociedade não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração da Sociedade estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem equivalentes de caixa. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável à Sociedade é o risco de taxa de juros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração da Sociedade adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Sociedade sujeitas a taxa de juros variáveis. A Sociedade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros:

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre as aplicações financeiras:

Indicadores	Saldo contábil	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário III (- 50%)
CDI		14,26% (*)	17,83%	10,70%	21,39%	7,13%
Aplicações financeiras	7.904	9.031	9.313	8.749	9.595	8.468

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI acumulada em 31 de dezembro de 2025).

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Sociedade em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Sociedade de acordo com a política estabelecida pela Sociedade. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Risco de liquidez

A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, a Sociedade possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria da Sociedade. O objetivo da Sociedade é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade são classificados da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	7.931	5.472
Contas a receber de partes relacionadas	2.861	4.152
Outros créditos	39	36
	<u>10.831</u>	<u>9.660</u>
Total do ativo financeiro	<u>10.831</u>	<u>9.660</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>		
Contas a pagar de fornecedores	(137)	(216)
Contas a pagar de partes relacionadas	(1.509)	(747)
Outras obrigações	(411)	(61)
Total do passivo financeiro	<u>(2.057)</u>	<u>(1.024)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>8.774</u>	<u>8.636</u>

4.3. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital da Sociedade é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

A Sociedade administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Sociedade pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. A Sociedade monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.931)</u>	<u>(5.472)</u>
Dívida Líquida	(7.931)	(5.472)
Patrimônio Líquido	<u>10.077</u>	<u>9.120</u>
Total do capital	<u>2.146</u>	<u>3.648</u>
Índice de alavancagem	<u>(370%)</u>	<u>(150%)</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1	1
Bancos	26	39
Aplicações financeiras	<u>7.904</u>	<u>5.432</u>
	<u>7.931</u>	<u>5.472</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,25% em 31 de dezembro de 2025 (99,76% em 31 de dezembro de 2024). A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Partes relacionadas

Representadas por:

As transações efetuadas com a controladora e outras partes relacionadas são relativas, substancialmente, a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras. As transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025			
	Contas a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	-	40	-	(297)
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	246	-	3.924	-
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A	2.207	-	81	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A	2	-	127	-
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A	67	-	1.200	-
Palmeiras Saneamento S.A.	21	-	150	-
Sanel Saneamento de Luiz Antônio S.A.	2	-	119	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	35	-	272	-
Águas de Reúso de Vitoria S.A.	154	-	1.585	-
Ourinhos Saneamento S.A.	119	-	503	-
Concórdia Saneamento S.A.	6	-	22	-
Brodowski Saneamento S.A.	2	-	6	-
	<u>2.861</u>	<u>40</u>	<u>7.989</u>	<u>(297)</u>

	31/12/2024			
	Contas a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda.	-	19	-	(226)
GS Inima Industrial Triunfo S.A	-	-	615	-
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	480	-	6.086	-
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A	3.424	-	120	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A	18	-	180	-
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A	184	-	1.194	-
Palmeiras Saneamento S.A.	11	-	139	-
Sanel Saneamento de Luiz Antônio S.A.	18	-	114	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	17	-	101	-
	<u>4.152</u>	<u>19</u>	<u>8.549</u>	<u>(226)</u>

Os saldos de contas a pagar com a controladora direta GS Inima Brasil correspondem às notas de débito referentes aos custos alocados pelo centro de serviços compartilhados.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

7. Imobilizado

Custo	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	73	1	-	74	Máquinas, aparelhos e equipamentos	42	31	-	73	
Móveis e utensílios	3	22	-	25	Móveis e utensílios	8	1	(6)	3	
Veículos	85	-	-	85	Veículos	85	-	-	85	
Equipamentos de informática	82	65	(1)	146	Equipamentos de informática	68	14	-	82	
	<u>243</u>	<u>88</u>	<u>(1)</u>	<u>330</u>		<u>203</u>	<u>46</u>	<u>(6)</u>	<u>243</u>	
Depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025	Depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(13)	(8)	-	(21)	Máquinas, aparelhos e equipamentos	(8)	(5)	-	(13)	
Móveis e utensílios	(2)	(2)	-	(4)	Móveis e utensílios	(3)	(1)	2	(2)	
Veículos	(85)	-	-	(85)	Veículos	(85)	-	-	(85)	
Equipamentos de informática	(48)	(22)	1	(69)	Equipamentos de informática	(33)	(15)	-	(48)	
	<u>(148)</u>	<u>(32)</u>	<u>1</u>	<u>(179)</u>		<u>(129)</u>	<u>(21)</u>	<u>2</u>	<u>(148)</u>	
Saldo líquido					Saldo líquido					
				31/12/2025	31/12/2024				31/12/2024	31/12/2023
Máquinas, aparelhos e equipamentos				53	60	Máquinas, aparelhos e equipamentos			60	34
Móveis e utensílios				21	1	Móveis e utensílios			1	5
Veículos				-	-	Veículos			-	-
Equipamentos de informática				<u>77</u>	<u>34</u>	Equipamentos de informática			<u>34</u>	<u>35</u>
				<u>151</u>	<u>95</u>				<u>95</u>	<u>74</u>

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado estão divulgados na nota explicativa nº 2.6.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Fornecedores

Representados por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores de materiais	23	26
Fornecedores de serviços	114	190
	<u>137</u>	<u>216</u>

9. Obrigações sociais

Representadas por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Férias	268	141
Empréstimo consignado	1	-
FGTS	26	15
INSS - Folha de Pagamento	87	43
INSS - Serv. Tomados	1	3
IRRF - Folha de Pagamento	48	21
	<u>431</u>	<u>223</u>

10. Provisão para ações judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$336, respectivamente, com probabilidade de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contingências trabalhistas e previdenciárias	336	-
	<u>336</u>	<u>-</u>

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é representado por 300.000 cotas, subscritas e integralizadas, com o valor nominal de R\$ 300, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de cotas</u>	<u>Participação direta no capital social (%)</u>
GS Inima Brasil Ltda.	<u>300</u>	<u>100%</u>
	<u>300</u>	<u>100%</u>

12. Receitas

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receita bruta</u>		
Tratamento de esgoto (i)	-	351
Prestação de serviços	<u>7.989</u>	<u>8.549</u>
	7.989	8.900
<u>Deduções da receita</u>		
PIS	(80)	(107)
COFINS	(368)	(495)
ISS	<u>(263)</u>	<u>(249)</u>
	(711)	(851)
Receita líquida	<u>7.278</u>	<u>8.049</u>

- (i) No ano exercício de 2024 a Sociedade assinou o contrato de prestação de serviços especializados para operação e manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto no distrito de Cruz das Posses do município de Sertãozinho/SP, o contrato foi encerrado no mesmo ano.

GS INIMA SOLUÇÕES EM SANEAMENTO LTDA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Custos e despesas por natureza

Representados por:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Custo dos serviços prestados</u>		
Materiais	(181)	(258)
Serviços de terceiros	(965)	(1.353)
Pessoal	(4.397)	(2.628)
Depreciação	(25)	(17)
Amortização	(1)	(1)
Outros custos com operação	(685)	(712)
	<u>(6.254)</u>	<u>(4.969)</u>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Pessoal	(67)	(513)
Serviços de terceiros	(31)	(91)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(297)	(226)
Materiais	(1)	-
Outros impostos e taxas	(1)	(4)
Depreciação	(7)	(4)
Despesas jurídicas	-	(13)
Outras despesas operacionais	(55)	(54)
	<u>(459)</u>	<u>(905)</u>

14. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	879	436
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(41)	(20)
	<u>838</u>	<u>416</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e despesas bancárias	(1)	(2)
Outras despesas financeiras	(3)	(5)
	<u>(4)</u>	<u>(7)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>834</u>	<u>409</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Imposto de renda e contribuição social

15.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.399	2.584
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	<u>(476)</u>	<u>(879)</u>
Ajustes para alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes	<u>34</u>	<u>36</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(442)</u>	<u>(843)</u>
Correntes	(561)	(843)
Diferidos	<u>119</u>	<u>-</u>
	<u>(442)</u>	<u>(843)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>33%</u>

15.2. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

	Balanco patrimonial		Demonstração do resultado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Diferido de provisões de despesas	119	-	119	-
Despesa (receita) de tributos			<u>119</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	<u>119</u>	<u>-</u>		

A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

	<u>31/12/2025</u>
2026	<u>119</u>
	<u>119</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Ativo</u>
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Reconhecimento na demonstração do resultado	<u>119</u>	<u>-</u>
	<u>119</u>	<u>-</u>

16. Cobertura de seguros

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Responsabilidade Cível - Obras	3.000
Garantia - Processo Tribunal	44
Caminhão	100% tabela FIPE

17. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes às demonstrações contábeis que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.